ATA **AGOSTO/2020** – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – PETRÓPOLIS/RJ

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, realizada no dia 13 de agosto de 2020, às 18h, online, via Aplicativo Zoom, de acordo com o Decreto nº 1.148, de 15 de abril de 2020, publicado no Diário Oficial nº 5903, que dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Municipais durante a pandemia do Coronavírus - Covid-19.

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniu-se o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, convocado por meio do Diário Oficial nº 5982, de sete de agosto de dois mil e vinte, de forma remota, pelo Aplicativo ZOOM, com a presença das senhoras conselheiras: ADRIANA SILVA DE MATTOS, ANA MARIA DA SILVA E SOUZA CARVALHO, ÂNGELA MARIA ARAÚJO DE ALCÂNTARA, ANNA MARIA RATTES, CÁSSIA NILCE DOS SANTOS HAMMES, CLÉO DE MARCO, ELSIE ELEN LOUREIRO DE CARVALHO, INEZ SERRÃO PETRI HENRIQUE, JULIANA DIVINO SALOMÃO, LUCIANA MARIA PÉRICO MACHADO COURA, MARIA AUXILIADORA PIRES RIBEIRO, MARIA CAROLINA DE ALCÂNTARA ROLIM, MARIZA ALVES DE FARIA, MÔNICA MARIA LEÃO, PÂMELA MENDONÇA TEIXEIRA DE BRITO, ROSINA BEZERRA DE MELLO SANTOS ROCHA, SANDRA REGINA SOARES VIEGAS, SHIRLEI SOUZA RAMOS, SILVANA DE ALMEIDA ARAÚJO VIEIRA, SILVIA FERNANDA PEREIRA, SIMONE IZIDRO CESÁRIO GOMES VIVARINI, SONIA CRISTINA DA SILVA FURTADO, SUELEN ABREU AGASSIS RIBEIRO, VICTÓRIA ANTONIETA TAPIA GUTIERREZ, VIVIANE MARQUES DE MENEZES FIDELIS. A reunião teve como pauta: 1) Aprovação das atas das Reuniões: Extraordinária dia 07/07/20, Ordinária dia 16/07/20, Extraordinária dia 24/0/20. 2) Agendamento de reunião com o Sr. Prefeito. 3) Apresentação das Comissões de Trabalho. 4)

Capacitação das Conselheiras. 5) Campanha do X Vermelho. 6) Assuntos Gerais. A Presidente, Sra. Ângela Alcântara deu início à reunião às dezoito horas e cinco minutos, após cumprimentar a todas, questionou se alguma conselheira teria alguma observação com relação às atas das reuniões: Extraordinária do dia sete de julho, Ordinária do dia dezesseis de julho e Extraordinária do dia vinte e quatro de julho de dois mil e vinte, enviadas previamente por e-mail para avaliação de todas. Sonia Furtado solicitou que o voto dela em Ângela Alcântara para Presidência, representando a Associação de Moradores da Rua Presidente Sodré e Adjacências constasse em ata, já que na Reunião Ordinária do dia dezesseis de julho, na qual foi realizado o processo de votação ficou sem áudio e não conseguiu votar. A Presidente acatou o pedido. Não havendo nenhuma solicitação de retificação e após concordância de todas as conselheiras presentes, considerou as referidas atas como APROVADAS. Ângela Alcântara fez a chamada nominal para saber quais conselheiras estavam presentes. Logo após, a Presidente pediu que as Coordenadoras das Comissões falassem um pouco sobre o trabalho que está sendo feito. A Comissão dos Direitos da Mulher apresentou sugestões de projetos de Lei levantadas com base nas demandas observadas e coletadas: 1) Ampliação do horário das Creches para 12h de permanência da criança; 2) Educação infantil e Fundamental I (1º ao 5º) com horário integral + um horário de atividades extras, para dar tempo da mãe sair do trabalho e pegar a criança; 3) Garantia de trabalho e renda para mulheres com mais de 50 anos; 4) “Casa da mulher Brasileira” – centro de capacitação/ qualificação de mulheres para inserção ou requalificação para o retorno ao mercado de trabalho; 5) Trabalho de conscientização acerca dos direitos das mulheres com palestras esclarecedoras em hospitais, postos de saúde e centros de atendimento à mulher. Afirmaram que este trabalho pode ser realizado pelas próprias conselheiras, trabalhando em escalas pré-agendadas (horário e local) viáveis de serem executadas e de modo que não sobrecarregue ninguém. A Comissão de Pesquisa apresentou a ata da reunião realizada no dia quatro de agosto de dois mil e vinte, com a seguinte pauta: 1) Colher dados relativos a registro de boletins de ocorrência de violência contra mulher; 2) Definição de diretrizes da Comissão de Pesquisa; 3) Eleição de relatora da Comissão de Pesquisa. Como resultado da reunião foram relatadas as seguintes conclusões e propostas: 1)

Dados serão trazidos para com conhecimento da Comissão de Pesquisa em reunião posterior; 2) Sugerir em reunião ordinária do COMDIM a criação de páginas em redes sócias para divulgação dos dados colhidos pela Comissão de Pesquisa; 3) Buscar dados informativos sobre a presença de grupos/coletivos/associações que exerçam atividades voltada para mulheres; 4) As demandas apresentadas nas reuniões ordinárias do COMDIM que necessitam de pesquisa serão trazidas à Comissão de Pesquisa para sua realização; 5) Silvia Fernanda Pereira foi nomeada relatora da Comissão de Pesquisa. A Comissão de Divulgação apresentou o Cartaz produzido sobre o aniversário da Lei Maria da Penha com as fotos das conselheiras e o relatório da votação em plenária para definição da frase a ser inserida no cartaz. A frase vencedora foi: “14 anos da Lei Maria da Penha e a violência contra a mulher ainda persiste! Não podemos nos calar! Denuncie!” A Comissão de Ética informou que ainda não foi realizada nenhuma reunião, pois não houve demanda. A Comissão de Orçamentos, Finanças e Fiscalização ainda não está atuando, pois, o Fundo do conselho ainda não foi publicado. A Comissão de Saúde da Mulher apresentou a ata da reunião realizada no dia sete de agosto de dois mil e vinte, durante a reunião a conselheira Daniela Quintella apresentou o levantamento dos números de mulheres ostomizadas, mulheres que aguardam mamografia e gestantes com gravidez de alto risco no município de Petrópolis. Os números apresentados foram os seguintes: mulheres ostomizadas - 128 até o dia 6 agosto de 2020; mulheres que aguardam mamografia - 251 número referente ao ano de 2019, (ainda não temos os números de 2020); e gestantes com gravidez de alto risco 46 até junho de 2020. A conselheira Maria Auxiliadora irá agendar uma reunião com a diretora do Centro de Saúde, Senhora Élida, para tratar sobre as mulheres ostomizadas e falta de materiais (bolsa de colostomia). A conselheira Cintia solicitou uma lista com os exames específicos para as mulheres ofertados pelo município, e a conselheira Daniela informou: Mamografia; Ultrassonografia Obstétrica, ultrassonografia transvaginal; Ressonância Magnética e Tomografia pélvica; e densitometria. Ângela Alcântara solicitou que cada comissão elabore uma ata ao final das reuniões para que o conselho possa acompanhar o trabalho realizado. Pâmela Mendonça solicitou que Aline Rocha envie as deliberações da Conferência para que cada comissão possa montar seu Plano de Ação.

Seguindo a pauta, Ângela Alcântara falou sobre a Capacitação das Conselheiras, disse que está pensando em elaborar um curso, mas com o problema da pandemia será difícil conseguir palestrantes, pediu para que todas aguardem mais um pouco, reivindicou ainda ajuda das conselheiras para conseguir trazer palestrantes que falem sobre assuntos interessantes ao conselho. Sobre a Campanha do X Vermelho, Anna Maria Rattes disse que a campanha está “indo de vento em popa”, que dezesseis farmácias de Petrópolis já aderiram, informou que o Gabinete da Cidadania está reenviando o material da campanha para as farmácias. Falou ainda, que tendo em vista a questão dos prazos eleitorais, a Prefeitura não pode mais imprimir, nem divulgar o material da campanha. Anna explicou que as farmácias receberam todo o material elaborado pelo Tribunal de Justiça, ficando responsáveis por imprimir e divulgar e que o Procon também aderiu à campanha e receberá denúncias de violência contra a mulher. Anna solicitou a todas as conselheiras que divulguem no comércio, em geral. Lembrou ainda, que fora do movimento do X Vermelho nas farmácias, atendendo a uma Lei Estadual que ainda não foi regulamentada, mas já foi sancionada, os condomínios residenciais devem divulgar os pontos de apoio onde a mulher possa recorrer, dentro do município, em caso de violência, Anna diz que essa é outra campanha que o COMDIM pode abraçar. Luciana Périco sugeriu que o material da Campanha do X Vermelho seja impresso com o nome do COMDIM para não haver problemas. Anna disse que a idéia é excelente, mas a Prefeitura não pode mais elaborar, nem custear a impressão do material. Cássia Hammes sugeriu elaborar um cartaz com as fotos das conselheiras, a mão com o X Vermelho e as farmácias que estão participando da campanha para divulgar. Inez Petri disse que acha que colocar as fotos das conselheiras representantes do Poder Público pode caracterizar uma ação governamental. Ângela Alcântara concordou e disse que neste momento não podemos colocar fotos, podemos colocar a logomarca do COMDIM e a mão com o X Vermelho. Pâmela Mendonça disse que a criação das redes sociais do COMDIM pode servir para potencializar a campanha e aliviar a questão financeira, tendo em vista que a Prefeitura não poderá custear o material. Cléo de Marco questionou se alguém saberia informar se realmente as mulheres estão solicitando ajuda nas farmácias, pois no CRAM ainda não recebeu nenhuma mulher enviada através da campanha. Falou ainda, que a

Lei Maria da Penha precisa ser alterada no que diz respeito ao pagamento de fiança pelo agressor, que o delegado não pode propor a fiança e que o conselho precisa lutar para que haja mudança na Lei. Maria Auxiliadora sugeriu que tal encaminhamento seja feito na próxima Conferência. Cléo de Marco disse que já falou sobre este assunto nas últimas duas conferências. Ângela Alcântara sugeriu colocar em todas as pautas das reuniões uma fala da Cléo para que ela possa trazer as informações sobre violência contra mulher, já que ela é a coordenadora do CRAM. Cléo informou que de janeiro a julho de dois mil e dezenove, o CRAM realizou quatrocentos e onze atendimentos, já no período de janeiro a julho de dois mil e vinte foram apenas cento e cinquenta e dois atendimentos, Cléo diz que essa queda no número de atendimentos significa que as mulheres não tiveram oportunidade de denunciar. Informou ainda, que realizaram cinquenta e cinco atendimentos pelo telefone de emergência, totalizando duzentos e sete atendimentos até julho de dois mil e vinte. Luciana Périco afirmou que não é necessário esperar a conferência para buscar a alteração da Lei no que diz respeito ao pagamento de fiança, que precisamos começar agora. Anna Maria diz que a sugestão da Cléo é procedente, porém não adianta falar com os delegados, é necessário conversar com os deputados e senadores, pois quem faz a lei é o Congresso Nacional. Disse que é preciso fazer uma organização do conselho de Petrópolis e depois até expandir para o CEDIM e outros municípios em que todas as conselheiras assinem uma petição de modificação da Lei de execuções penais. Ângela Alcântara sugeriu começar a organizar tal movimento, convocar mulheres do nosso município, não só conselheiras, para juntas elaborarmos um documento e pedir apoio na Câmara e no Senado. A Presidente colocou em votação a criação do Facebook e Instagram do COMDIM, solicitou que as conselheiras votassem pelo chat. Inez Petri perguntou quem vai alimentar estas redes sociais, a presidente respondeu que será a Comissão de Divulgação. Inez Petri diz que como não haverá possibilidade de se consultar todas as conselheiras sobre o conteúdo a ser postado nas redes sociais, acredita que isso possa gerar problemas, pois nem todas irão concordar com todas as postagens. Rosina sugeriu postar pequenos textos com os direitos das mulheres, elaborados pela Comissão dos Direitos da Mulher e aprovados pela plenária. Cássia Hammes disse que no COMSEA realiza-se o planejamento da semana

que é levado para o conselho aprovar antes de ser postado nas redes sociais e tem dado muito certo. Silvia Fernanda diz que evitar as redes sociais significa se distanciar das mulheres que precisam ter conhecimento de seus direitos. Disse ainda, que deliberar os conteúdos a serem postados pelo WhatsApp será bastante complicado, pois serão muitas mensagens, que talvez seja melhor deixar a responsabilidade com a Comissão de Divulgação. Cássia acha que um planejamento semanal surte efeitos muito melhores. Ângela diz que o COMSEA é previsível, ao contrário do COMDIM, que pode tem novidades a todo momento, por isso acha necessário alimentar as redes sociais duas vezes por dia com postagens pequenas e notícias. Luciana Périco acha que é importante colocar nas redes sociais a Lei Maria da Penha, os telefones do CRAM, matérias sobre violência doméstica, que não é necessário que todas as conselheiras tenham acesso para postar, seria suficiente o acesso da presidente e duas conselheiras. Ângela Alcântara afirma que é importante que as leis sejam comentadas, pois nem todas as mulheres entendem. Anna Maria diz que concorda com a criação das redes sociais, mas que precisa ter uma pessoa responsável para não haver problemas. Ângela diz que a Comissão de Divulgação tem uma Coordenadora, que já está acostumada a fazer postagens em redes sociais e que ficará responsável pelas páginas do COMDIM. Cléo também concorda com a criação das redes, pois acha que é um canal muito importante de comunicação com as mulheres. A Presidente informou que pelo voto da maioria está APROVADA a criação das redes sociais do COMDIM, que depois será colocado no Grupo GT COMDIM um esboço da página para que todas tomem conhecimento. Ângela informou também que conseguiu a doação das carteirinhas de identificação das conselheiras, a validade será até 2022 para a Sociedade Civil e 2020 para as representantes do Poder Público, solicitou que todas as conselheiras enviem uma foto para o documento, nome completo e entidade que representa para confecção das mesmas. Seguindo a pauta, a Presidente falou que a Sociedade Civil precisa agendar uma reunião com o Sr. Prefeito a respeito do conselho para fazer algumas reivindicações, a pauta será colocada no grupo GT COMDIM. As conselheiras Luciana Périco, Maria Auxiliadora, Mariza Alves, Sonia Cristina e Simone Izidro se colocaram à disposição para participar da reunião, representando o conselho. Luciana Périco pediu a palavra para fazer uma denúncia, disse que a sogra do irmão,

Sra. Eni Rabelo Castor Maciel, estava internada no Hospital Nelson de Sá Earp com COVID-19, onde sofreu uma queda, batendo com a cabeça e a barriga no chão, o que causou complicações em seu estado de saúde. Devido à queda precisou realizar uma cirurgia de urgência no Hospital Alcides Carneiro, teve complicações por ser obesa. Relatou ainda, que dona Eni ficou quarenta e cinco dias no Hospital Nelson de Sá Earp sem lavar os cabelos e está crivada de feridas. Quando foi para casa, todos os pontos da cirurgia abriram e está na iminência de ter uma infecção generalizada. Luciana pediu que a Comissão de Saúde investigue a situação. Disse que ela foi maltratada no Nelson de Sá Earp e agora está em estado gravíssimo. Maria Auxiliadora pediu que Luciana passe todos os dados dela para que a Comissão de Saúde faça uma visita no Hospital Nelson de Sá Earp, junto com representantes da Comissão dos Direitos da Mulher para conversar com o Diretor. A Presidente pediu que Maria Auxiliadora entre em contato com o Diretor do hospital em questão e explique o que aconteceu para que ele já tenha respostas no dia da reunião. Maria Auxiliadora acha que não devem adiantar o assunto. A comissão formada para a reunião foi: Maria Auxiliadora, Luciana Périco, Pâmela Mendonça, Sonia Cristina. Nada mais havendo a tratar, Ângela Alcântara encerrou a reunião às dezenove horas e quarenta minutos, agradecendo a participação de todas. Essa ata segue lavrada e assinada por mim, Aline Rocha e pela Presidente, Ângela Maria Araújo de Alcântara.

_____

Ângela Maria Araújo de Alcântara
Presidente do COMDIM

_____

Aline Rocha